

XI CODS

COLÓQUIO DE ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

BELÉM-PA, 10 E 11 DE NOVEMBRO

ANÁLISE SOBRE COMO O DISCLOSURE SOCIOAMBIENTAL INFLUENCIA O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

AUTORIA

Gleydson Wilson Santos de Sousa

E-mail: gleydson.wil@gmail.com

Instituição de filiação: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Pedro Borges Júnior

E-mail: pedroborges@ufpa.br

Instituição de filiação: Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo investigar como o disclosure socioambiental influencia o gerenciamento de resultados no setor elétrico brasileiro. Justifica-se esta pesquisa pela importância que o setor elétrico exerce na economia do país. O estudo visa contribuir para um entendimento da análise sobre disclosure socioambiental e sua influência no Gerenciamento de Resultados, assim como, por não haver pesquisas sobre este tema utilizando as empresas do setor como amostra. Com relação à metodologia, empregou-se para mensurar o nível de evidência socioambiental, a Análise de Conteúdo dos relatórios socioambientais das empresas do setor elétrico brasileiro. Além disso, após mensurar o nível de evidência socioambiental realizou-se um teste de regressão linear múltipla para identificar a relação entre variáveis. A partir disto, utilizou-se o resíduo da regressão para comparar as variáveis socioambientais e o accruals discricionários. Nesse contexto, os resultados apurados foram que quanto maior a evidência das informações de caráter social feito pelos gestores, menores serão a chance de ocorrer o gerenciamento de resultados nas empresas. Além disso, constatou - se haver uma relação direta entre a evidência de informações de caráter ambiental e o gerenciamento de resultados, quanto maior a evidência será também a necessidade por parte dos gestores de manipular informações contábeis. Com isso, concluiu-se, que os níveis de evidência social e ambiental influenciam no Gerenciamento de Resultados das empresas do Setor Elétrico Brasileiro.

Palavras-chave: Setor Elétrico Brasileiro; Disclosure Socioambiental; Gerenciamento de Resultados.

Eixo Temático: Jovens Pesquisadores

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui como principal fonte de energia as usinas hidrelétricas, o que corresponde a cerca de 90% da energia produzida no país, tornando-o um dos cinco maiores potenciais hidroelétricos do mundo (Francisco, 2018).

O Setor Elétrico Brasileiro é dominado em sua grande parte por empresas de capital privado que recebem concessões da União para operar. Pela importância desempenhada no país, a relação entre evidenciação, prestação de contas e informações, torna-se essencial na relação das organizações com os envolvidos ou afetados por suas atividades (stakeholders). Sendo assim, realizada de forma clara e transparente, reduz a assimetria informacional e revela o grau de comprometimento da entidade com a sustentabilidade, proporcionando aos stakeholders a devida prestação de contas do seu desempenho ambiental, social e econômico (Carneiro, 2012; Silva Neto, 2014; Borges Junior, 2015; Drago, 2017; Paulo, E., & Melo, 2017; Viana Júnior & Crisóstomo, 2019).

Nesse contexto, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é a autarquia responsável por realizar a regulamentação e fiscalização do Setor Elétrico Brasileiro. Atualmente, a ANEEL regula a maneira como os relatórios socioambientais das empresas devem ser divulgados, sendo o meio pelo qual o Estado assume um papel de muita relevância nos processos de melhoria da transparência sobre os impactos ocasionados pelas atividades do setor (Brasil, 2014; Silva Neto, 2014; Borges Junior, 2015; Leme, 2018; Abradee, 2019).

Neste sentido, as pesquisas sobre disclosure objetivam explicar as divulgações financeiras, buscando encontrar os fatores que influenciam as informações que serão ou não divulgadas (VERRECCHIA, 2001; FARIAS, 2012; RODRIGUES, PAULO, E., & MELO, 2017). Logo, o disclosure socioambiental é o instrumento onde as organizações têm por objetivo a proteção dos seus negócios de forma legítima e legal aos olhos da sociedade (Borges Júnior, 2015; Koprowski, Krein, Barichello, Mazzioni, 2019; Viana Júnior & Crisóstomo, 2019).

Contudo, as pesquisas sobre a relação entre o disclosure socioambiental e o Gerenciamento de Resultados são escassas no país. Assim, este trabalho possui o seguinte problema de pesquisa: como o disclosure socioambiental influencia o gerenciamento de resultados no setor elétrico brasileiro?

A relevância dessa pesquisa está ligada à importância estratégica do Setor Elétrico Brasileiro na economia do país, visto que problemas no setor em relação a fornecimento de energia podem impactar negativamente o consumo e restringir o crescimento do país (Silva Neto, 2014; Borges Júnior, 2015; Leme, 2018).

O estudo visa contribuir também, para a literatura nacional já que apresentará um entendimento da relação entre o disclosure socioambiental e o gerenciamento de resultados, pois além da escassez de estudos sobre este tema, o mesmo tem uma importância cada vez maior no ambiente organizacional. Além disso, contribuir para a compreensão dos stakeholders sobre as informações apresentadas pelas empresas do setor.

Portanto, esta pesquisa tem como por objetivo investigar como o disclosure socioambiental influencia o gerenciamento de resultados no setor elétrico brasileiro. Para isso, o estudo será feito nas companhias do Setor Elétrico do Brasil e o período de análise compreenderá os anos de 2016 a 2018. Para enfim, seja possível auxiliar os stakeholders no reconhecimento de alegações reais nos relatórios apresentados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Setor Elétrico Brasileiro

A energia elétrica não pode, de maneira economicamente viável, ser armazenada para posterior consumo, sendo assim, sua produção deve ser feita de acordo com a demanda do mercado, já que o consumo tende a de ser instantâneo (Reina, 2016; Abradee, 2019).

Desse modo, o Setor elétrico Brasileiro está inserido numa conjuntura energética global complexa onde o futuro sinaliza para um cenário de incertezas nunca antes observados no setor, relacionado há quanto tempo duram as reservas mundiais de petróleo, as alterações climáticas e ambientais do planeta. Para compreender às suas características e necessidades, faz-se necessário conhecer a estrutura do setor (Zonatto, 2011; Reina & Reina, 2016).

Nas décadas iniciais do século XX, o Setor Elétrico Brasileiro foi dominado em grande parte por empresas estrangeiras. Após esse período houve um processo de estatização no setor, onde houve o monopólio e verticalização da atividade, uma vez que a produção de energia não supre a demanda do mercado, ocorrem cortes de fornecimento inesperados (apagões) sendo esses um dos grandes desafios para o setor que culminou nas privatizações a partir dos anos 80 (Azevedo & Cruz, 2009; Leme, 2018).

Em 1996 ocorreu a criação da ANEEL, através das Leis 9.247/96 e 8.987/95, que estabeleceram a regulação das concessões e a forma de fiscalização do Setor Elétrico Brasileiro. A resolução ANEEL 444/01, que instituiu o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, abordou pontos como: planos de contas, elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras e

estabeleceu diretrizes para publicação do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental (Azevedo & Cruz, 2009; Brasil, 2014; Silva, 2018).

No Brasil, ao contrário da maioria dos demais países, a maior parte da energia é gerada por meio de hidrelétricas (64%), sendo o restante por meio de termelétricas (queima de combustíveis), eólicas (cata-ventos), termonucleares e usinas fotovoltaicas (solares). Atualmente o Setor Elétrico Brasileiro está dividido em três atividades: produção, transmissão e distribuição da energia; para efetivação dessas atividades é necessário a construção de barragens, linhas de transmissão e centrais de distribuição, ocasionando vários impactos ambientais (Brasil, 2014; Silva Neto, 2014; Borges Júnior, 2015; Abradee, 2019).

Nesse contexto, o setor deve sempre buscar incluir a responsabilidade ambiental nos seus processos de planejamento estratégico, tendo finalidades ambientalmente legítimas, que respeitem as leis e promova o desenvolvimento sustentável da atividade energética (Braga, Oliveira & Salotti, 2009; Pereira, 2018). Desta forma, o setor tem como principais desafios, no que se refere a um fornecimento de energia elétrica, propiciar uma baixa emissão de gases causadores do efeito estufa com energia advinda de fontes limpas, proporcionar um preço justo aos consumidores e garantir um retorno econômico e financeiro para seus acionistas (Carneiro, 2012, Lopes & Taques, 2018). Necessitando- se divulgar adequadamente ações no âmbito socioambiental, tendo como objetivo atender as necessidades dos stakeholders, sendo evidenciado nos Relatórios de Sustentabilidade (Silva Neto, 2014; Borges Júnior, 2015; Patrocínio, Moura & Silva; 2018).

O Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das empresas do Setor Elétrico Brasileiro é basicamente um canal de comunicação entre as entidades e os diversos interessados, ou seja, é um instrumento de evidenciação das ações e políticas relacionadas à Responsabilidade Social Corporativa das empresas, visando contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade justa, economicamente viável e sustentável (Morisue, Ribeiro & Penteado, 2012; Novaes, Borges Junior, Almeida, & Bortolon, 2018).

Mesmo que seja voluntária a evidenciação, ou seja, quando a empresa divulga informações de maneira espontânea, os relatórios de divulgação devem conter uma padronização mínima, obedecendo a certa periodicidade e alinhados com os objetivos dos stakeholders, onde deverão estar disponibilizados em um suporte de fácil acesso, para que assim o stakeholder possa avaliar o desempenho da entidade no âmbito socioambiental. Nota- se que mesmo com essa padronização mínima, a

ANEEL permite certa liberdade no que se refere a relatar atividades e programas de cunho socioambientais (Carneiro, 2012; Brasil, 2014; Correa, 2018).

2.2 Disclosure Socioambiental

A sustentabilidade então se refere diretamente a integração entre a economia, o ambiente e a sociedade, conduzida e praticada em conjunto por empresários, governo e sociedade civil organizada.

O disclosure, ou a evidenciação de informações, pode influenciar o comportamento dos usuários, pois afeta a percepção dos agentes econômicos em relação ao risco das operações que a empresa oferece, influenciando no processo de alocação de recursos e estabelecimento do preço dos títulos na bolsa de valores (Verrecchia, 1983; Maçambanni, 2013; Drago, 2017). Desta forma, sendo parte integrante do processo de gestão e imprescindível para otimizar a tomada de decisão por parte dos investidores e contribui para a dinâmica do mercado de capitais (Farias, 2012; Drago, 2017).

É importante que as informações que influenciam a relação entre as organizações e seus stakeholders sejam divulgadas de forma ampla, como maneira de reduzir a assimetria informacional (Farias, 2008; Silva Neto, 2014). Ainda assim, os gestores detêm a capacidade de decidir como e quando divulgar as informações, filtrando o que pode ser potencializado como valor positivo da empresa pois os pontos negativos divulgados afetam diretamente a qualidade de sua imagem corporativa (Cruz & Lima, 2010; Assaf Neto, 2012; Martinez, 2013).

A reputação empresarial pode ser considerada como potencial para criação de valor corporativo. Dessa forma, as organizações se empenham em melhorar sua reputação configurando-se em um aspecto que influencia, na atração de investimentos para empresa (Chajet, 1997; Roberts & Dowling, 2002). Esses aspectos foram teorizados no que se chamou de Teoria do disclosure.

A teoria do disclosure prescreve que, por meio da divulgação, o grau de incerteza dos investidores diminui a respeito do futuro das empresas as quais mantém interesse, a partir da credibilidade de seus demonstrativos financeiros padronizados, outros relatórios e demais divulgações voluntárias liberadas publicamente. Com isso, o disclosure das informações socioambientais, divulgadas de forma voluntária, têm se mostrado um tema de grande importância no atual cenário da divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade (Verrecchia, 2001; Farias, 2008; Costa, Correia, Paulo, & Lucena, 2018).

Desta forma, a divulgação de informações de âmbito social, ambiental e financeiro tem como premissa central atender as necessidades dos stakeholders. Sob o

enfoque econômico, tem por finalidade a investigação de modelos que visam entender a evidenciação de informações que repercutem no desempenho econômico da organização e no mercado de capitais.

Sendo os gestores, responsáveis pela decisão de quais informações serão divulgadas. Um dos fatores para não divulgação de determinada informação é o custo dela, este ato pode gerar uma compreensão de que essas informações são negativas pelos usuários interessados (Silva Neto, 2014; Borges Junior, 2015; Almeida, 2017). Porém, os gestores têm a possibilidade de evidenciar informações negativas com a justificativa de acreditarem que a não evidenciação acarretaria mais sanções por parte dos stakeholders que a sua divulgação (Verrecchia, 2001). Esse fenômeno é conhecido como seleção adversa.

A seleção adversa é caracterizada quando o investidor não tem as informações negativas que deseja. Logo, ele assume a postura de descontar os ativos, ou seja, baixar os preços dos seus ativos financeiros, até o ponto que passa ser vantajosa a evidenciação dessas informações desfavoráveis por parte dos administradores (Verrecchia, 2001; Rodrigues, Paulo, & Melo, 2017).

Nesse sentido, normalmente os gestores possuem informações que não tem obrigatoriedade de serem divulgadas, eles analisam as condições para verificar se a empresa estaria predisposta a evidenciar-las. Os gestores têm a tendência de somente divulgar informações negativas quando considerar que essa evidenciação não trará prejuízos ou reduzirá o impacto das perdas, podendo aumentar a assimetria informacional das partes envolvidas com esta ação.

2.3 Gerenciamento de Resultados

As demonstrações financeiras e demais relatórios contábeis são os principais meios de divulgação do desempenho financeiro e de controle das empresas (Peek, Palepu, & Healy, 2010; Souza, Flach, Borba, & Broietti, 2019). Para Martinez (2013) define gerenciamento de resultados como o processo de decisões impostas pelas regras contábeis para apresentar o nível de resultado desejado.

Dessa forma, o gerenciamento de resultados está relacionado à gestão de divulgação, ou seja, uma intervenção proposital no processo de divulgação da informação financeira externa com intenção de obter algum ganho particular, intervindo intencionalmente na elaboração dos relatórios financeiros externos (Schipper, 1989; Queiroz & Almeida, 2017; Paulo & Mota, 2019). Sendo, os relatórios contábeis os principais meios de divulgação do desempenho financeiro e de controle das empresas (Peek, Palepu, & Healy, 2010; Martinez, 2013; Novaes, Borges Junior, Almeida, & Bortolon; 2018).

No mesmo sentido, o gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores usam do julgamento nos relatórios financeiros para estruturar operações com o objetivo de enganar algumas partes interessadas no desempenho econômico da empresa ou para influenciar os resultados contratuais que dependem dos números contábeis divulgados (Healy e Wahlen; 1999; Medeiros, Paulo, Melo, & Mota, 2019).

Nesse contexto, os gestores podem utilizar o seu conhecimento sobre a empresa com o intuito de escolher os métodos de relatórios e estimativas correspondente à situação desejada. Assim, a divulgação tem o potencial de manusear o valor da contábil, ou seja, os gestores podem escolher os métodos que não refletem com precisão a situação real da organização, podendo também ocorrer esta prática na divulgação de relatórios socioambientais pelas empresas do setor elétrico que tem em sua área econômica um forte impacto social e ambiental (Mota, Silva Filho, Oliveira & Paulo, 2017; Souza, Flach, Borba, & Broietti, 2019).

As normas contábeis admitem que os gestores realizem escolhas gerenciais para aplicar métodos contábeis para divulgar o desempenho da empresa. Porém, o processo de decisões impostas pelas regras contábeis para apresentar o nível de resultado desejado caracterizado por alterações intencionais dentro dos limites estabelecidos pelas normas contábeis (Martinez, 2001; Leuz; Nanda; Wysocki, 2003; Martinez, 2018). Acabasse evidenciando o problema de agência, pois os proprietários ou gerentes podem utilizar do controle com intuito de se beneficiar dos demais stakeholders.

Schipper (1989) e Healy e Wahlen (1999) desenvolveram três hipóteses sobre a explicação da adoção de certas práticas contábeis pelas empresas: plano de incentivos, grau de endividamento e custos políticos. Relacionaram três incentivos que devem basear a pesquisa empírica em Gerenciamento de Resultados: mercado de capitais, incentivos contratuais e regulação (Reis, Lamounier & Bressan; 2014). Martinez (2013) adicionou os custos políticos nas motivações regulamentares.

Quando a norma faculta para os gerentes, esses optam por escolhas que não necessariamente refletem a realidade organizacional (Watts & Zimmerman, 1986; Healy & Wahlen, 1999; Martinez, 2001; Queiroz & Almeida, 2017; Brunozi Júnior; Kronbauer; Martinez, & Alves, 2018). Ou seja, os gerentes podem optar em função dos benefícios que terão ao reportar determinado resultados como podem ocorrer com informações de cunho socioambiental no qual a ANEEL só obriga as empresas a divulgarem a situação econômico financeira sem precisar pela qualidade informacional dos relatórios.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa é definida como descritiva, pois além de descrever um determinado fenômeno ou população estabelece a relação entre variáveis e examina os fatos sem manipulação, tendo como finalidade encontrar as características e relações do fenômeno. São utilizadas nessa pesquisa técnicas estatísticas com o objetivo de analisar o fenômeno em questão, caracterizando o trabalho como quantitativo (Köche, 2003, p. 124; Gil, 2008, p. 28; Borges Júnior, 2015).

3.2 Etapas dos procedimentos metodológicos

Este trabalho está dividido em 3 (três) etapas, a primeira refere-se a pesquisa de cunho documental e análise de conteúdo, na segunda realiza-se a coleta dos dados tendo como base os Relatórios Anuais de Responsabilidade Socioambiental disponível no sítio eletrônico da ANEEL: <http://www.aneel.gov.br/a-aneel>. Os dados coletados foram tabulados em planilha eletrônica, para depois passarem por tratamento estatístico; por fim na terceira etapa é realizado um teste de regressão linear múltipla, modelo de Jones.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados se dará por meio da utilização do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das empresas do Setor Elétrico Brasileiro nos anos de 2016 a 2018, disponíveis no sítio eletrônico da ANEEL, como fonte de informações sobre as ações e projetos socioambientais das empresas, tendo como objetivo estabelecer o nível de evidenciação socioambiental das entidades.

3.3.1 Caracterização e definição da população e da amostra

A população utilizada como base nesta pesquisa são as empresas do Setor Elétrico Brasileiro que atuam nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, onde todas são concessionárias, que também disponibilizaram no site da ANEEL o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental entre os anos de 2016 a 2018. A amostra desse estudo é composta de 66 empresas concessionárias do Setor Elétrico Brasileiro e fazem parte de grupos econômicos no qual sua espécie societária seja de capital aberto.

3.3.2 Passo a passo do desenvolvimento da pesquisa

A presente pesquisa possui como objetivo investigar como o disclosure socioambiental influencia o gerenciamento de resultados no setor elétrico brasileiro, bem como evidenciar e mensurar o nível de disclosure para alcançar tais objetivos à pesquisa procederá da seguinte forma:

- 1- Estudo e compreensão das categorias dos índices de evidenciação socioambiental utilizadas por Silva Neto (2014) e Borges Junior (2015).
- 2- Análise dos relatórios socioambientais da amostra das empresas do Setor Elétrico Brasileiro, aplicando aos mesmos a técnica de análise de conteúdo para identificação dos índices de evidenciação socioambiental, que consiste no reconhecimento das ações socioambientais praticadas e evidenciadas nesses relatórios, que quando encontradas nos relatórios coloca-se um ponto, quando não encontradas coloca-se nenhum ponto. Ao final da análise de todos os pontos dos índices socioambientais, consegue-se o nível de evidenciação socioambiental daquela determinada entidade.
- 3- Após mensurar o nível de evidenciação socioambiental realizar-se-á um teste de regressão linear múltipla para identificar a relação entre variáveis. A partir disto, utilizar-se-á o resíduo da regressão para comparar as variáveis socioambientais e o accruals discricionários.

3.4 Variáveis

Os cálculos dos níveis de evidenciação são feitos a partir de uma planilha eletrônica no qual os itens de observação nos relatórios anuais de sustentabilidade são dados o valor 1 para existência da informação no relatório e 0 para não existência da informação no relatório. Com isso, é feita uma média para o cálculo do percentual do nível de evidenciação ambiental e social.

3.4.1 Nível de Evidenciação Ambiental (NEA)

O Nível de Evidenciação Ambiental é o resultado percentual que mostra o grau de comprometimento das entidades com a evidenciação, ou seja, com o disclosure de informações e dados ambientais que a organização teve com sua relação com o meio ambiente (Silva Neto, 2014; Borges Junior, 2015).

O NEA está dividido em 10 classes, são elas: Aperfeiçoamento dos Colaboradores; Política Ambiental Empresarial; Gestão e Auditoria Ambiental; Emissões, Efluentes Resíduos e Mudanças Climáticas; Uso Sustentável de Recursos; Visibilidade das Ações Ambientais; Interações Ambientais com a Comunidade e Proteção

Ambiental; Questões Ambientais com Clientes e Fornecedores; e Energia. Cada classe do NEA está dividida em subitens presente no Anexo 1.

A classe Aperfeiçoamento Ambiental dos Colaboradores abrange temas como: educação, conscientização, treinamento e voluntariado ambiental. A educação trata-se do estudo das políticas da organização em relação as suas práticas ambientais; a conscientização representa campanhas realizadas pela entidade tendo como objetivo mostrar a relevância da preservação ambiental; o treinamento corresponde às práticas de controle ambiental realizados pela empresa; por fim o voluntariado refere-se as ações comunitárias de caráter voluntario que tem relação com o meio ambiente (Borges Júnior, 2015).

Para as empresas, foram considerados a ocorrências dessas classes em seus respectivos relatórios. Como por exemplo, ajudaram na composição do índice de 92% de Nível de Evidenciação Ambiental em 2017 da empresa Elektro Eletricidade e Serviços S/A.

3.4.2 Nível de Evidenciação Social (NES)

O Nível de Evidenciação Social mostra o índice percentual do nível de evidenciação no âmbito social que determinada entidade possui. O NES abrange informações referente a projetos sociais de desenvolvimento humano: educação, cultura e redução do risco social; ou seja, é o detalhamento dos investimentos de cunho social realizados pela organização (Borges Júnior, 2015).

O NES está dividido em 9 classes: Aperfeiçoamento Social dos Colaboradores; Política e Gestão Social Empresarial; Práticas Trabalhistas; Práticas Leais de Operação; Visibilidade das Ações Sociais; Interações Sociais com a Comunidade; Direitos Humanos; Questões Sociais com Clientes e Fornecedores; e Interação Sociais Negativas.

A classe Aperfeiçoamento Social dos Colaboradores está relacionada com questões que englobam educação, conscientização, treinamento e voluntariado social. O subitem educação refere-se ao incentivo a formação intelectual do colaborador, como por exemplo: cursos técnicos, superiores, pós-graduações, bolsas de estudo etc. A conscientização está ligada a campanhas e incentivos realizadas pela organização visando demonstrar a relevância do bom convívio em sociedade, igualdade de gênero e melhoria dos relacionamentos humanos. O treinamento está associado às práticas operacionais feitas pela empresa, como também treinamentos relacionados à segurança, já o voluntariado são ações voluntárias de caráter comunitário que tem por objetivo o desenvolvimento cultural e social

daquela determinada comunidade (Borges Júnior, 2015). Cada classe do NES está dividida em subitens presente no Anexo 2.

Para as empresas, foram considerados a ocorrências dessas classes em seus respectivos relatórios. Como por exemplo, ajudaram na composição do índice de 92% de Nível de Evidenciação Social em 2017 da empresa Elektro Eletricidade e Serviços S/A.

3.5 Modelo de Jones Modificado (1995)

Para identificar o gerenciamento de resultados foi utilizado o modelo de Jones (1991), que segundo Martinez (2001) é um modelo de grande repercussão no meio acadêmico, tornando-se um método mais robusto para identificar accruals discricionários (que serão proxy do gerenciamento de resultados). Jones (1991), traz o modelo de equação a ser utilizado para o cálculo de gerenciamento de resultados, conforme descreve Martinez (2001), a especificação dos accruals totais (TAit) pelo enfoque do balanço é dada por:

$$TAit = [(\Delta ACit - \Delta Dispit) - (\Delta PCit - \Delta Divit) - Deprit] / Ait-1 \text{ (Modelo 01)}$$

Onde $\Delta ACit$ = variação do ativo corrente (circulante) da empresa i no final do período $t1$ para o final do período t ; $\Delta Dispit$ = variação das disponibilidades da empresa i no final do período $t-1$ para o final do período t ; $\Delta PCit$ = variação do passivo corrente (circulante) da empresa i no final do período $t-1$ para o final do período t ; $\Delta Divit$ = variação dos financiamentos e empréstimos de curto prazo da empresa i no final do período $t-1$ para o final do período t ; $Deprit$ = montante das despesas com depreciação (e amortização) da empresa i durante o período t ., $Ait-1$ = ativo total da firma i no ano $t-1$.

Possíveis variações em torno dessa equação oscilam principalmente na inclusão de amortizações. Já outros modelos se concentram apenas nos accruals correntes, não incluindo accruals não correntes (Dechow; Sloan & Sweeney, 1995; Cupertino & Martinez, 2008; Paulo & Leme, 2009; Ferreira, 2011).

O Modelo Jones Modificado busca medir o total de acumulações discricionárias (correntes e não correntes) utilizando as seguintes variáveis, conforme descreve Dechow, Sloan e Sweeney (1995):

$$TAit = \beta_1 [1/Ait-1] + \beta_2 [\Delta Recit - \Delta Crit] + \beta_3 [PPEit] + \epsilon it \text{ (Modelo 02)}$$

TAit: accruals (operacionais) totais da empresa *i* no período *t* estimados pela equação 1, ponderados pelos ativos totais da empresa *i* no final do período *t* - 1; **Ait-1**: ativos totais da empresa *i* no final do período *t* - 1; **ΔRit**: variação da receita líquida da empresa *i* do período *t* - 1 para o período *t*, ponderada pelos ativos totais da empresa *i* no final do período *t* - 1; **ΔCRit**: variação das contas a receber da empresa *i* do período *t* - 1 para o período *t*, ponderada pelos ativos totais da empresa *i* no final do período *t* - 1; **PPEit**: saldo da conta do ativo permanente da empresa *i* no final do período *t*, ponderada pelos ativos totais da empresa *i* no final do período *t* - 1. **εit**: resíduo da regressão (proxy para os accruals discricionários) da empresa *i* no final do período *t*. **β1, β2 e β3**: coeficientes estimados pela regressão.

Por construção, os accruals discricionários (DA), são calculados quando se deduz os accruals não discricionários (NDA) dos accruals totais (TA). Os accruals discricionários serão testados contra duas variáveis de interesse: o nível de evidenciação ambiental e o nível de evidenciação social. Assim, o modelo 03 pode ser descrito como:

$$GR = \beta_0 + \beta_1 NES + \beta_2 NEA + \varepsilon$$

Em que NEA e NES são os níveis de evidenciação ambiental e social; β_n são os coeficientes estimados pela regressão; e ε é o termo de erro da regressão.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A tabela 1 mostra os coeficientes para o modelo de Jones modificado. O Prob>F foi de 0.00 e o R² foi de aproximadamente 98%, isso significa que o modelo está bem ajustado e que os accruals não discricionários conseguem explicar 98% da variação dos accruals totais. Assim, foi calculado os resíduos dessa regressão que correspondem ao gerenciamento de resultados.

Tabela 1
Aplicação do modelo de Jones modificado

Variáveis	Coefficientes	P-valor
1/Ait-1	-161.0248	0.209

$\Delta R_{it} - \Delta CR_{it}$	-0.0401446	0.001
$Imob_{it}$	-12953.12	0.000
Constante	3224.908	0.000

Fonte: *Elaborada pelo autor*

A tabela 2 mostra a influência dos Níveis de evidenciação social e ambiental no Gerenciamento de Resultados. O $Prob > F$ foi de 0.0379, o R^2 foi de 11,42% e o VIF 5.78 (ausência de indícios de multicolinearidade). Os coeficientes da tabela 2 apresentaram significância estatística a 5%, exceto pela constante. Portanto, existe evidência de relação entre gerenciamento de resultados e os níveis de evidenciação Social e Ambiental.

Tabela 2

Influência dos Níveis de Evidenciação no Gerenciamento de Resultados.

Variáveis	Coefficientes	P-valor
NEA	170846,70	0.016
NES	-171615,2	0.011
Constante	18536,22	0.345

Fonte: *Elaborada pelo autor*.

O resultado da Tabela 2 indica que quanto maior o grau de comprometimento das entidades com a exposição de informações e dados que demonstram sua relação com o meio ambiente, maior será a possibilidade de haver gerenciamento de resultados. Entretanto, diferentemente da divulgação de dados ambientais, a evidenciação de dados e informações de caráter social, não afeta de maneira positiva o gerenciamento de resultados, por isso seu coeficiente é negativo, indicando que quanto maior for o nível de evidenciação social feito pelos gestores, menores serão as chances do gerenciamento de resultados das empresas da amostra ser alto.

O resultado encontrado pode ser explicado pela teoria do disclosure conforme Verrecchia (2001); Farias (2008); Costa, Correia, Paulo, & Lucena, (2018), que explicam que o grau de incerteza dos investidores diminui a respeito das empresas as quais mantêm interesse, a partir da credibilidade de seus demonstrativos financeiros e outras divulgações voluntárias. Nesse sentido, por meio da divulgação, o grau de desconfiança, quanto a manipulações contábeis e gerenciais por parte dos gestores sobre a empresa, para os investidores diminui e a partir disso haverá

uma maior credibilidade de seus demonstrativos financeiros e outros relatórios liberados publicamente.

Ademais, constatou-se que quanto maior o nível de evidenciação ambiental maior é a necessidade por parte dos gestores de manipular informações contábeis, porque os acionistas podem achar negativos para os negócios. Logo, esperam que os resultados da empresa sejam menores. Este fato é explicado por Silva Neto (2014), Borges Junior (2015) e Almeida (2017), no qual introduzem a ideia de que um dos fatores para não divulgação de determinada informação é o custo dela, este ato pode gerar uma compreensão de que essas informações são negativas pelos usuários interessados (no caso, o acionista). Outro fator que pode estar associado ao resultado encontrado é um dos objetivos do Setor Elétrico Brasileiro: garantir um retorno econômico e financeiro para o setor, bem como para seus acionistas (Carneiro, 2012).

Logo, esse retorno pode influenciar no nível de evidenciação ambiental da organização, pelos resultados encontrados depreende-se que esse objetivo não está sendo alcançado podendo também ocorrer esta prática na divulgação de informações pelas empresas do setor elétrico que tem em sua área econômica um forte impacto ambiental.

5. CONCLUSÃO

O estudo objetivou-se investigar como o disclosure socioambiental influencia o gerenciamento de resultados no setor elétrico brasileiro. Sendo o estudo sendo feito nas companhias do Setor Elétrico do Brasil e o período de análise compreenderá os anos de 2016 a 2018. Para enfim, seja possível auxiliar os stakeholders no reconhecimento de alegações reais nos relatórios apresentados.

Nesse sentido, para o cumprimento do objetivo geral, foi realizada aplicação da técnica de análise de conteúdo, para isso, os relatórios socioambientais analisados foram os das concessionárias de energia elétrica de capital aberto e regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e que divulgaram os dados requeridos entre os anos de 2016 a 2018. A partir disso, foram os dados coletados foram tabulados em planilha eletrônica, para depois passarem por tratamento estatístico e por fim realizado um teste de regressão linear múltipla, modelo de Jones modificado (1995).

Nesse contexto, os resultados apurados após a coleta de dados e o tratamento estatístico foram que quanto maior a evidenciação (transparência) das informações de caráter social feito pelos gestores, menores serão a chance de manipular dados

contábeis. Além disso, constatou-se, quanto mais informações de caráter ambiental as empresas quiserem divulgar, será maior a necessidade por parte dos gestores de manipular informações contábeis.

Com isso, os gestores utilizam o gerenciamento de resultados em substituição ao custo de divulgar mais informações ambientais, por conta que, estas diminuem seus benefícios privados (por exemplo bônus remuneratórios) e podem diminuir os preços das ações da empresa. No entanto, os gestores diminuem a manipulação dos dados contábeis porque as informações de caráter social reduzem os custos dos benefícios privados deles e fazem com que os gestores reduzam a prática de gerenciamento de resultados.

Desse modo, constatou-se como limitações da pesquisa a disponibilidade de dados pelas empresas de capital fechado pois não foram encontrados dados quanto a sua posição patrimonial e financeira, mesmo elas divulgando os relatórios socioambientais anuais. Ademais, o setor elétrico sofreu modificações constantes de natureza societária ocasionando em muitas vezes em perdas de informações e não permitindo um acompanhamento progressivo das empresas.

Em suma, para estudos futuros, fazer uma análise das empresas de capital fechado no qual se possa ter acesso via a central de informações socioambientais da ANEEL, dessa forma, haverá um aumento da amostra. Além disso, fazer um acompanhamento das empresas de capital aberto que sofreram mudanças societárias e se isso influencia no formato de divulgações.

REFERÊNCIAS

ABRADEE. Prêmio Abradee. Brasília, 8 jul. 2019a. Disponível em: <http://www.abradee.org.br/abradee-institucional/premio-abradee>. Acesso em: 26 out. 2019.

ABRADEE. Visão geral do setor. Brasília, 8 jul. 2019b. Disponível em: <http://www.abradee.org.br/setor-eletrico/visao-geral-do-setor>. Acesso em: 26 out. 2019.

Admati, Anat & Pfleiderer, Paul. (2000). Forcing Firms to Talk: Financial Disclosure Regulation and Externalities. *The Review of Financial Studies*, v. 13, n. 3, 1 July, p. 479– 519.

Albertini, E. A. (2014). Descriptive analysis of environmental disclosure: a longitudinal study of French companies. *Journal of Business Ethics*, v.121, n.2, p. 233-254.

- Arantes, E. (2006). Investimento em responsabilidade social e sua relação com o desempenho econômico das empresas. *Conhecimento Interativo*, v.2, n.1, p. 3-9.
- Azevedo, T. C.& Cruz, C. F. Da. (2009). Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 27, n. 1, p. 53–66.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Borges, A. P.; Da Rosa, F. S.& Ensslin, S. R. (2010). Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. *Produção On Line*, v. 20, n. 3, p. 404-417.
- Borges Júnior, Pedro. (2015). *Análise da associação entre desempenho socioambiental e disclosure socioambiental de empresas do setor elétrico brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Brasil.
- Burgwal, D.; Vieira, R. (2014). Environmental disclosure determinants in dutch listed companies. *Revista de Contabilidade & Finanças, São Paulo*, v. 25, n. 64, p. 60-78.
- Burns, J. & Scapens, R. W. (2000). Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. *Management accounting research*, 11(1), pp. 3-25.
- Brunozi Júnior, A. C., Kronbauer, C. A., Martinez, A. L., & Alves, T. W. (2018). BTD Anormais, 'Accruals' Discricionários e Qualidade dos 'Accruals' em Empresas de Capital Aberto Listadas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(35), 108-141.
- Carneiro, C. M. B.; Silva, P. P.; Santos, A & Santos, G. P. (2012); A divulgação ambiental no setor de energia elétrica brasileiro. VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão.
- Cardoso, V. I. C., Luca, M.M.M, & Gallon, A.V. (2014). Reputação corporativa e o Disclosure Socioambiental de Empresas Brasileiras. *Contabilidade, Gestão e Governança*. Brasília.v.17.
- Carvalho, J.; Luz, J.; Pereira, F. (2015). Evidenciação das Informações Ambientais das Empresas do Setor de Energia Elétrica do Brasil. *Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 3, p. 60-72.
- Chajet, C. (1997). Corporate reputation and the bottom line. *Corporate Reputation Review*. v.1, p.19-23.
- Clinch, G.& Verrecchia, R. E. (1997). Competitive disadvantage and discretionary

disclosure in industries. *Australian Journal of Management*, v. 22, n. 2, p. 125-137.

Cruz, C. V. O. A., & Lima, G. A. S. F. (2010). Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil – RUC*, 6(1), 85-101.

Dye, r. (1985). Disclosure of nonproprietary information. *Journal of Accounting Research*, n.23, p.123-145.

Costa, R.& Marion, J. (2007). A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista de Contabilidade & Finanças, São Paulo*, v. 18, n. 43, p. 20-33.

Costa, I. L. S., Correia, T. S., Paulo, E., & Lucena, W. G. L. (2018). Impacto do Disclosure Voluntário: Valor da Empresa e Informações Socioambientais nas Companhias Abertas. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(2), 271-287

Corrêa, A. C. C., Assaf Neto, A., Nakao, S. H., & Osajima, A. A. (2012). A relevância da informação contábil na identificação de empresas criadoras de valor: um estudo do setor de energia elétrica brasileiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 9(18), 137-166.

Correia, J. J. A.; Silva, F. E. A.& Rodrigues, R. N. (2017). Evidenciação socioambiental de empresas siderúrgicas brasileiras entre 2011 e 2015: análise dos relatórios financeiros e de sustentabilidade. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 4, n. 8, p. 327- 341.

Drago, I. R (2017). Relação entre a evidenciação ambiental e o desempenho econômico-financeiro das empresas do setor de energia elétrica no brasil. *Dissertação de Mestrado, Universidade da Amazônia, Belém, Brasil.*

Dias Filho, J. M. (2013). Evidenciação de informações sociais em seis bancos brasileiros – uma análise à luz da teoria da agência. *Revista Universo Contábil*, v. 9, n. 3, p. 6-21.

Dechow, P. M., Hutton, A. P., Kim, J. H., & Sloan, R. G. (2012). Detecting earnings management: A new approach. *Journal of Accounting Research*, 50(2), 275-334.

Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147-160.

Fonseca, F. A. P. B.; Almeida, K. K. N, & França, R. D. (2012). Evidenciação de informações ambientais em empresas do segmento de utilidade pública listadas na

BM&FBovespa: um estudo sobre a evolução na divulgação dessas informações. Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 2, n. 3, p. 51-68.

Fombrun, c. j.; Shanley, M. (1990). What's in a name? Reputation building and corporate strategy. *Academy of Management Journal*, Mississippi, v. 33, n. 2, p. 233-258.

Farias, K. T. R. (2008). A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, São Paulo.

Farias, K. T. R. (2012) Mecanismos de controle do reporting financeiro das companhias abertas do Brasil. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil.

Fontes Filho, J. R. (2004). Estudo da validade da generalização das práticas de governança corporativa aos ambientes dos fundos de pensão: uma análise segundo as teorias da agência e institucional. 2004. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.

FRANCISCO, Wagner. Energia Hidrelétrica. *Mundo Educação*. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/energia-hidreletrica.htm>>. Acesso em: maio. 2019.

Freitas, A.R.P, Kopal, A.B.C, Luca, M.M.M & Vasconcelos, A.C. (2013). Indicadores ambientais: um estudo comparativo entre empresas brasileiras e espanholas. *Revista de Gestão Social e Ambiental*. São Paulo, v.7, n.1.

Gasparino, M.F; Ribeiro, M. S. (2007). Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel celulose dos EUA e Brasil. *Revista de Gestão Social e Ambiental*. v.1, n.1, p.103-115.

Gil, Antônio Carlos. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas AS.

Gomes, F.P.; Tortato, U. (2011). Adoção de Práticas de Sustentabilidade como Vantagem Competitiva: evidências empíricas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*. Rio de Janeiro, v.5. n.2.

Guttentag, R. (2004). Reality Compared With Its Alternatives: Age Differences in

Judgments of Regret and Relief. *Developmental Psychology*, v.40, n.5, p. 764-775.

Healy, P. M.; Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, v. 13, n. 4, p. 365-383.

Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of accounting and economics*, v. 7, n. 1-3, p. 85-107.

Leuz, C.; Nanda, C.; Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of financial economics*, v. 69, n. 3, p. 505-527.

Kang, Sok-Hyon; Sivaramakrishnan, k. (1995). Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach. *Journal of Accounting Research*. Oxford, v. 33, n. 2, p. 353- 367.

Köche, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Koprowski, S., Krein, V., Barichello, R., Mazzioni, S., & Magro, C. B. D. (2019). Influência das Conexões Políticas e da Evidenciação Socioambiental no Custo de Capital. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(2), 98-128.

Kosztrzepa, R. (2004). A evidenciação dos eventos relacionados com o meio ambiente: um estudo em indústrias químicas. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Departamento de Administração, Universidade Vale Dos Sinos, São Leopoldo.

Lopes, Alexandro Broedel & Martins, Eliseu. (2005). Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas.

Maçambanni, T. A; Van Belle, H. M.; Silva, T. L.; Ventura, C. (2013). Social and environmental disclosure: an analysis of social balance of eletricity sector companies in the south and northeast regions of Brazil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 2, n. 1, p. 123–142.

Machado Filho, Cláudio; Zylbersztajn, Decio. (2004). A empresa socialmente responsável: o debate e as implicações. *R. Adm.*, São Paulo, v.39, n.3. p. 242-254.

Machado-da-silva, C. L.; Fonseca, v. s.; Crubellate, j. m. (2005). Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *Revista de Administração Contemporânea*, p. 9-39.

Machado-da-silva, c. L.; fonseca, v. S. Homogeneização e diversidade organizacional: uma visão integrativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 23., Salvador, Anais... Salvador, 1993.

Machado filho, c. A. P.; Zylbersztajn, d. (2004). Capital Reputacional e responsabilidade social: considerações teóricas. Caderno de Pesquisas em Administração, v. 11, n. 2, p. 87-98.

Machado, M. R.; Machado, M. A. V.; Murcia, f. D. R. (2014). Em busca da legitimidade social: relação entre impacto ambiental da atividade econômica das empresas e os investimentos no meio ambiente. Revista Universo Contábil, v. 7, n. 1, p. 20-35.

Martins, o. S, Paulo, e. (2014). Assimetria de Informação na Negociação de Ações, Características Econômico – Financeiras e Governança Corporativa no Mercado Acionário Brasileiro. R.Cont. Fin. USP: São Paulo.v.25, n.64.

Martinez, A. L. (2001). Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Meyer, J. W.; Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. American Journal of Sociology, v. 83, n. 2, p. 340-363.

Meyer, J. W.; Rowan, B. (1991). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: Powell, w. W.; DiMaggio, p. J. (Ed.). The new institutionalism in organizational analysis. Chicago: The University of Chicago Press.

Mota, R. H. G., Silva Filho, A. C. C., Oliveira, A. F., & Paulo, E. (2017). Previsão de Lucro e Gerenciamento de Resultados: Evidências Empíricas no Mercado Acionário Brasileiro. Revista Universo Contábil, 13(1), 6-26.

Novaes, P. V. G., Borges Junior, P., Almeida, J. E. F., & Bortolon, P. M. (2018). Accruals Discricionários e Previsões Otimistas dos Analistas: Incentivos e Consequências. Contabilidade Vista & Revista, 29(1), 28-47.

Oliver, C. (1991). Strategic responses to institutional processes. Academy of Management Review, v.16, n. 1, p. 145-179.

Oliveira, L. R.; Medeiros, R. M; Terra, P. B & Quelhas, O. L. G. (2012) Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas

organizações. Produção, v.22, n.1.

Oliveira, M. C. et al. (2012). Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 5, n. 1.

Paulo, E., & Mota, R. H. G. (2019). Ciclos Econômicos e Estratégias de Gerenciamento de Resultados Contábeis: Um Estudo nas Companhias Abertas Brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 30(80), 216-233.

Patrocínio, M. A. F. ; Moura, A. M. & Silva, A. R. (2018). Nível de evidenciação ambiental das companhias siderúrgicas listadas na B3. *Revista de informação contábil (UFPE)*, v. 12, p. 18- 35.

Pires, C. B.& Silveira, F. C. da S. (2008). A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. *Contexto*, v. 8, n. 13, p. 1-32.

Richardson, V. J. (2000). Information asymmetry and earnings management: Some evidence. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, v. 15, n. 4, p. 325-347.

Queiroz, J. M., & Almeida, J. E. F. (2017). Efeitos das Hipóteses da Teoria Positiva da Contabilidade na Qualidade da Informação Contábil. *Revista Universo Contábil*, 13(3), 50- 69.

Reis, E. M. Dos; Cunha, J. V. A. Da & Ribeiro, D. M. (2014). Análise do gerenciamento de resultados por meio de decisões operacionais nas empresas componentes do IBrX – Índice Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 201-223.

Roberts, P. W., & Dowling, G. R. (2002). Corporate reputation and sustained superior financial performance. *Strategic Management Journal*, v. 23, n. 12, p. 1077-1093.

Rodrigue, M.; Cho, C.H.; Laine, M. (2015) Volume and tone of environmental disclosure: a comparative analysis of a corporation and its stakeholders. *Social and Environmental Accountability Journal*, 1. ed., vol. 35, p. 1-16.

Rodrigues, R. M. R. C., Melo, C. L. L., & Paulo, E. (2019). Gerenciamento de Resultados e Nível dos 'Accruals' Discricionários Trimestrais no Mercado Acionário Brasileiro. *Brazilian Business Review*, 16(3), 297-314.

Salotti, B.M, Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio sobre a Teoria da Divulgação. *Brazilian Business Review*. Vol.2.n.01.

Scott, R. W. (2001). Institutions and Organizations.

Schipper, Katherine. (1989). Commentary on earnings management. Accounting horizons, v. 3, n. 4, p. 91-102.

Selznick, P. Institutionalism “old” and “new”. (1996). Administrative Science Quarterly, v. 41, p.270-277.

Silva, T. A. S; Slewinski, E. Sanches, S.L.R & Moraes, R.O. (2015). Teoria da Divulgação na perspectiva da Economia da Informação: Possibilidade de novos estudos? In: XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo.

Silva, T.; Vicente, E.; Pfitscher, E.& Rosa, F. (2013). Environmental disclosure – informações sobre resíduos sólidos divulgadas pelas empresas potencialmente poluidoras listadas na BM&FBOVESPA. Ambiente contábil, v. 5, n. 2, p. 229-249.

Silva Neto, E. R. Da. (2014) A relação entre o nível de evidenciação socioambiental e fatores da sustentabilidade de empresas do setor elétrico brasileiro. Mestrado—Espírito Santo, Brasil: Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. Brasil.

Schuster, H. A., & Klann, R. C. (2019). Responsabilidade Social Corporativa e Gerenciamento de Resultados por 'Accruals'. Contabilidade Vista & Revista, 30(1), 1-26.

Souza, J. A. S., Flach, L., Borba, J. A., & Broietti, C. (2019). Qualidade das Informações Financeiras e Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade no Brasil. Brazilian Business Review, 16(6), 555-575.

Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. Journal of Accounting and Economics, v.5, p.179-194.

Verrecchia, R. (1990). Information quality and discretionary disclosure. Journal of Accounting and Economics, v. 12, p. 365–80.

Verrecchia, Robert E. (2001). Essays on disclosure. Journal of accounting and economics, v. 32, n.1-3, p. 97-180.

Trevisan, M. et al. (2008). Uma ação de responsabilidade socioambiental no rodeio internacional. In: Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP, Rio de Janeiro, Brasil. Viana Júnior, D. B. C., & Crisóstomo, V. L. (2019). Implicações da Concentração de Controle Acionário sobre o 'Disclosure' Socioambiental: Evidências Empíricas no Brasil. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 21(5), 906-927.

Watts, Ross L.& Zimmermann, Jerold L. (1986). Positive accounting theory. Englewood Cliffs Prentice Hall.

Zuccolotto, R.; Silva, G.M.& Emmendoerfer, M. (2010). Limitações e possibilidades de compreensão da utilização das práticas de Contabilidade Gerencial por perspectivas da Teoria Institucional BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, v. 7, n. 3.

Zarifah, A. & Siti-nabiha, a. k. (2012). Analysing accounting and organisational change: the theoretical development. International Journal of Managerial and Financial Accounting, 4(1).

ANEXO 1 - ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

Categorias	Cod.	Evidenciação ambiental
Aperfeiçoamento ambiental dos colaboradores	1	Educação ambiental
	2	Conscientização ambiental
	3	Treinamento ambiental
	4	Voluntariado ambiental
Política ambiental empresarial	5	Política ambiental
	6	Objetivos, diretrizes ou metas ambientais
	7	Conformidade com normas e legislações ambientais
Gestão e auditoria ambiental	8	Sistema de gestão ambiental
	9	Investimentos ou gastos ambientais
	10	Auditoria ambiental
	11	Aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento de produtos/serviços
	12	Impacto ambiental
	13	Transporte ou logística ambientalmente sustentável
Emissões, efluentes, resíduos e mudanças climáticas	14	Emissões atmosféricas
	15	Efluentes
	16	Reciclagem ou coleta seletiva
	17	Resíduos sólidos
	18	Resíduos perigosos
	19	Outras formas de poluição (sonora, odoríferas, visuais, etc.)
	20	Créditos de carbono
	21	Menção às mudanças climáticas
Uso sustentável de recursos	22	Consumo racional ou eficiente de energia
	23	Consumo racional ou eficiente de água
	24	Consumo racional de matérias ou de recursos
Visibilidade das ações ambientais	25	Marca ambiental
	26	Reputação ambiental
	27	Nome e/ou imagem ambiental
Interações ambientais com a comunidade e proteção ambiental	28	Conscientização ambiental para a comunidade
	29	Parcerias ambientais
	30	Educação ambiental para a comunidade
	31	Incentivo à reciclagem
	32	Restauração e proteção da biodiversidade ou de ecossistemas
Questões ambientais com clientes/fornecedores	33	Incentivo ao consumo ambientalmente responsável
	34	Relações ambientais com fornecedores
	35	Desperdícios e perdas na utilização de recursos

Interações ambientais negativas	36	Acidentes ambientais
	37	Multas e sanções ambientais
Energia	38	Discussão sobre a preocupação com possível falta de energia
	39	Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia

A coluna Categorias representam as classes de informações ambientais procuradas na mensagem veiculada pela empresa no Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental sustentabilidade. Cod. identifica o subitem e a coluna Evidenciação Ambiental contém os temas de interesse, organizados em subitens das classes.

Fonte: Silva Neto (2014)

ANEXO 2 - ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO SOCIAL

Categorias	Cod.	Evidenciação social
Aperfeiçoamento social dos colaboradores	1	Educação
	2	Conscientização social
	3	Treinamento
	4	Voluntariado social
Política e gestão social empresarial	5	Objetivos, diretrizes ou metas sociais
	6	Menção à SER na cultura organizacional
	7	Código de ética ou conduta
	8	Investimentos ou gastos sociais
	9	Premiações socioambientais
Práticas trabalhistas	10	Saúde e segurança no trabalho
	11	Liberdade de associação e negociação coletiva
	12	Oportunidade de carreira e respeito à diversidade
Práticas leais de operação	13	Combate à corrupção
	14	Concorrência leal
Visibilidade das ações sociais	15	Marca social
	16	Reputação social
	17	Nome e/ou imagem social
Interações sociais com a comunidade	18	Conscientização social para a comunidade
	19	Parcerias sociais
	20	Educação para a comunidade
	21	Geração de emprego, capacitação e treinamento
	22	Desenvolvimento e acesso tecnológico, científico e inclusão digital
	23	Geração de renda
	24	Inclusão social ou redução das condições de risco social
Direitos humanos	25	Direitos humanos
	26	Garantir a igualdade de gênero
	27	Combate à exploração infantil e ao trabalho forçado ou análogo ao escravo
	28	Valorização da diversidade racial
	29	Reconhecer direitos dos povos indígenas
Questões sociais com clientes/fornecedores	30	Marketing justo, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas
	31	Proteção à saúde e à segurança do consumidor
	32	Incentivo ao consumo socialmente responsável
	33	Relações sociais com fornecedores
	34	Canais de comunicação com o público
	35	Identificação e qualificação dos <i>stakeholders</i>

XI CODS

COLÓQUIO DE ORGANIZAÇÕES,
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE



BELÉM-PA, 10 E 11 DE NOVEMBRO

Interações sociais negativas	36	Acidentes de trabalho
	37	Fatos negativos, corrupção, e violações de direitos

A coluna Categorias representam as classes de informações sociais procuradas na mensagem veiculada pela empresa no Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental. Cod. identifica o subitem e a coluna Evidenciação Social contém os temas de interesse, organizados em subitens das classes.

Fonte: Silva Neto (2014).